

Diário Macedo

Violência à solta

Os registros diários sobre a violência em todo o país chocam a sociedade brasileira e questionam se realmente os governos quando anunciam seus famosos programas estão querendo apenas empurrar o problema com a barriga, ou simplesmente se mostram impotentes para vencer um novo e duro tipo de ameaça.

...

Anunciou-se há tempos — e obviamente, se fez com toda a pompa e em tom de seriedade — um famoso mutirão contra a violência. Dúvidas dos desejos sinceros de por em prática o plano por parte dos ministros Brossard e de seus assessores? Nunca! O que parece é que o governo, como tem agido em outros tipos de programas que anuncia, não se dá conta de que para implementá-los necessita mais do que discursos e promessas. Necessita de dinheiro. E enquanto não se operacionalizar uma política com recursos reais para o setor policial, continuaremos a assistir a espetáculos que deprimem.



LANE

Do Alto da Torre

Carlos Lacerda embarcou no Tamarandé em novembro de 1955 em companhia do presidente (já deposto) Carlos Luz que fazia mais uma tentativa de evitar a posse de Juscelino e instalar o seu governo em São Paulo. Como a história registra, não deu certo e JK assumiu, fez um governo democrático, construiu Brasília, abriu os caminhos para o progresso e morreu como nosso herói. Pois bem! Lacerda, tempos depois, gostava de contar a amigos como se processou a viagem a bordo do navio e ressaltar que o cardápio era um só: bacalhau. Lacerda recordava que, às refeições, o almirante Pena Botto comia em demasia:

— Magrinho, pequeninho, mas como comia. Um dia ele repetiu três vezes o bacalhau e não me contive. Fui a ele e disse — "Almirante, assim não dá. Com esse apetite todo vai ser impossível chegar a Santos. Afinal o senhor está no comando do navio."

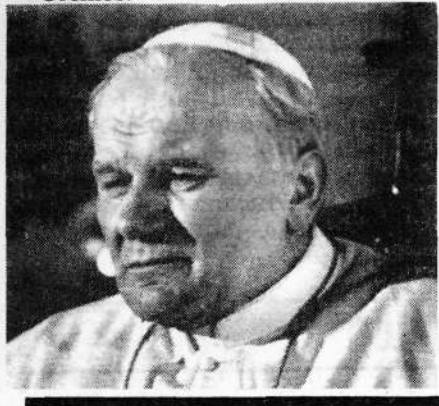
As viagens de Sua Santidade

Quem financia as viagens de Sua Santidade o papa João Paulo II? Sabe-se que ele já viajou mais no seu pontificado do que todos os papas anteriores nos quase 2000 anos de existência da Igreja Católica.

Um jornalista italiano levantou dados e revelou o óbvio: que as viagens custam muito dinheiro e o seu financiamento coloca a hierarquia religiosa dos países que convidam o Sumo Pontífice Romano problemas complexos de financiamento. Neles a publicidade oficial ocupa espaço especial.

Segundo a Agência Alasei, a hierarquia da igreja argentina, além das receitas de publicidade, recebeu cerca de 75000 dólares pelos direitos da cobertura jornalística da visita. Revelou-se ainda que a Coca-Cola pagou uma fortuna para que um gigantesco anúncio com o seu símbolo, colocado atrás do altar, no Mercado Central de Buenos Aires, fosse transmitido para todo o mundo quando Paulo II ali se apresentou durante sua recente viagem à Argentina.

Oremos!



Gente e

Fatos

- O ex-deputado Agnaldo Timóteo, vendo seus espaços invadidos no Rio e sentindo-se "sabotado", decidiu transferir-se para São Paulo onde se apresenta em casas noturnas. Não foi apenas o desejo de faturar alguns cruzados com suas exibições, mas a manifestação de retornar à atividade política. Já anunciou que será candidato pelo PSD à Câmara Municipal de São Paulo.
- Entre parlamentares do PMDB que ouviram muitas vezes o deputado Expedito Machado desferir duros ataques ao presidente Ulysses Guimarães, a súbita integração do ex-ministro ao esquema do líder maior do seu partido, era no último fim de semana motivo de sonoras gargalhadas. Mas o deputado Machado sabe exatamente o que está fazendo. Pelo menos é o que se imagina.
- Elabora o deputado Gustavo Farias sua linha de ação como novo presidente do Instituto de Previdência do Congresso do que dará conta brevemente aos parlamentares e associados daquele importante órgão.
- O presidente nega, mas na verdade detém um pau na mesa.

Conselheiro

Presidente da Câmara dos Deputados por três vezes, Flávio Marçilio continua sendo ouvido por muitos constituintes que vão beber os seus conselhos, o seu bom senso e lições importantes quando se elabora a Carta Magna do país. Deve-se a Marçilio uma velha luta — que travou enfrentando todo o tipo de incompreensões — em torno da restauração das prerrogativas do Poder Legislativo.

Elson Soares



Frases

— Se eu tivesse que pagar à imprensa pela publicidade que me deu todos estes anos, eu deveria ir 100 bilhões de dólares. (Mohammed Ali, 1984).

— Se a inflação fosse um cavalo, eu já a teria domado. (João Figueiredo, 1984)

— Cassar 200 parlamentares em nome da fidelidade partidária é o mesmo que fazer no campo político aquilo que Jim Jones fez na Guiana. (Tancredo Neves, 1984)

É o seguinte

Quem está assessorando o senador Fernando Henrique Cardoso é Ana Maria Tavares de Miranda. Competente, dedicada e com uma notável capacidade de trabalho, vem prestando inestimáveis serviços ao líder paulista. Ana é filha do velho e respeitado jornalista Tavares de Miranda que, por muitos anos manteve uma coluna na "Folha de São Paulo".

oO

Ao que tudo indica os pais do Plano Cruzado não ouviram alguns conselhos — dados através de entrevistas — formulados por Eoberto Frenkel, um economista argentino, que dizia com clareza meridiana e a sabedoria de um mestre — "Inflação zero, só na Suíça". Que Pena!

Golpe

Do jornalista Lúcio Brasileiro, na sua excelente coluna do jornal "O Povo" de Fortaleza — "Mas um golpe contra a seriedade da Academia Brasileira de Letras: tudo indica que Alvaro Pacheco vai entrar".

Sim...

Raphael de Almeida Magalhães chega terça ao Rio de viagem ao exterior. Logo em seguida, do Aeroporto toma um carro e viaja para Juiz de Fora, a convite do prefeito municipal. Inaugura antiga fábrica recuperada pela prefeitura local onde funcionará um Centro Cívico.

O deputado Fernando Gasparian oferece terça-feira na Câmara almoço ao ministro do Exterior da Venezuela. O deputado é o presidente do Instituto de Estudos Internacionais do PMDB

Promete o deputado Hélio Duque apresentar emenda na Comissão de Ordem Econômica da Constituinte estendendo o monopólio estatal exercido pela Petrobrás à produção de gás às refinarias, neste último caso com as reservas devidas a dois grupos privados nacionais que ainda detêm o controle do setor.

Esboço da nova Carta entra em fase decisiva

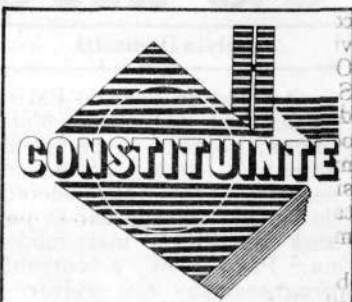
Com o encerramento do prazo para a apresentação de emendas nas Comissões da Constituinte, a Assembleia entra, amanhã, numa fase decisiva para uma definição mais abrangente do conteúdo da futura Constituição, através dos pareceres que deverão ser apresentados até o dia 8. Contudo, algumas questões deverão permanecer sob o conflito dos constituintes, até a votação da nova Carta no plenário da Assembleia, provavelmente em novembro. Entre as posições irreconciliáveis figuram, no campo econômico, as relativas ao grau de intervenção do Estado na economia; à utilização do capital estrangeiro; à política agrária e à reserva de mercado na informática.

No terreno político, um tema que ainda dividirá os constituintes por muito tempo é o relativo à duração do mandato do presidente Sarney. Na Subcomissão do Poder Executivo, foi aprovado o mandato de cinco

anos e na subcomissão da organização eleitoral, quatro anos. Dentro do PMDB, uma expressiva corrente vem sustentando que essa questão somente deve ser definida no final dos trabalhos da Constituinte, e incluído nas "Disposições Transitórias" da Constituição.

São ainda objeto de divergências propostas como as referentes à limitação do papel institucional das Forças Armadas; a criação de um "Tribunal Constitucional"; a política tributária; a atuação de bancos estrangeiros no país; o aborto; ensino público versus ensino privado e a legislação da área de comunicações. Apesar da inclinação pelo parlamentarismo misto, ainda não há uma fórmula de consenso para assegurar a implantação desse sistema de governo no país.

No dia 15 terminará o prazo para que as oito Comissões Temáticas encaminhem suas propostas à Comissão de Sistematização.



estabelecido no parecer final que é proibida a venda de órgãos de pessoas vivas. Inovações ocorreram no dispositivo que estabelece critérios para as pesquisas e experiências com genética humana. A aposentadoria é garantida aos 65 anos, ao contrário do ponto de vista inicial do relator que preconizava aos 70. Para incrementar as adoções, o relatório propõe que, às famílias que adotarem menores, seja concedido o amparo previdenciário.

Na subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o parecer da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), defensora da reserva de mercado para a informática, e que estendeu essa possibilidade de proteção a outras áreas, provocou polêmica. Na parte de Comunicações, a derrubada do artigo 16 de seu parecer, que estabelecia o Conselho Nacional de Comunicações, provocou uma pequena crise que só foi debelada dias depois. Cristina saiu da sala indignada em meio a sessão de votação e o presidente, deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), resolveu indicar outro relator. A batalha entre moderados e progressistas continuará na comissão.

Garantias Individuais

Prisão perpétua para estupro e seqüestro

Nem mesmo a aprovação de anteprojeto que prevêem, dentre outras coisas, a criação de um Tribunal Constitucional com poderes de até cassar mandato parlamentar por desconfinança do eleitorado, está atraindo a atenção dos componentes da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Até hoje a comissão só se reuniu para instalação, não alcançando quorum para abrir as sessões subsequentes.

Na primeira fase dos trabalhos os relatórios dos deputados Lysiane Maciel (PDT-RJ) — garantias coletivas — e Darcy Pozza (PDS) — subcomissão das garantias individuais — foram muito contestados por constituintes de diferentes partidos. Mas isso não foi suficiente para derrotar as teses, que foram aprovadas quase integralmente. Na subcomissão da soberania, nacionalidade e relações internacionais, a unanimidade foi tão patente que o texto do relator, deputado João Herman (PMDB-SP) foi aprovado na íntegra.

Mesmo com a polêmica, foram mantidos dois artigos: o que garante o direito de voto obrigatório aos 16 anos e, inclusive, dos militares de qualquer patente; e o voto substituído, que permite a cassação do mandato eletivo de quem não estiver satisfazendo o

eleitorado. O Tribunal Constituinte foi aprovado nos anteprojeto das duas subcomissões. Ele terá a competência de apreciar todas as matérias legislativas que estiverem em tramitação no Congresso Nacional, tendo poderes de revogar qualquer decisão do parlamento.

Crimes

As discussões mais intensas ocorreram na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, que reestabeleceu a prisão perpétua no Brasil para os crimes como estupro e seqüestro, seguidos de morte. Determinou também que serão considerados crimes inafiançáveis a tortura e o tráfico de drogas.

O relator, deputado Darcy Pozza, não acolheu as propostas referentes à pena de morte e aborto — considerando que isso é competência de legislação ordinária. Mas agora, as emendas referentes à pena de morte voltam a ser apresentadas, enquanto que a tendência da Constituinte é proibir ou não o aborto.

O maior defensor da pena de morte é o deputado Amaral Neto (PDS-RJ). Ele reconhece que sua emenda não será acolhida em nenhuma fase dos trabalhos, mas insiste em reapresentá-la, tentando reestabelecer, no mínimo, a prisão perpétua.

Organização Eleitoral

Subcomissão propõe redução do mandato

A fixação em quatro anos do mandato do presidente Sarney, pela Subcomissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos, a exigência de maioria absoluta do Congresso para a decretação dos Estados de Sítio e de Defesa, estabelecidos no anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado e a fixação de um prazo máximo de 180 dias para o Congresso legislar complementarmente as matérias indispensáveis à Pleiênciã da Constituição, proposta na Subcomissão das Garantias da Constituição foram as principais mudanças nos anteprojeto das três Subcomissões que agora formam a Comissão Temática de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia da Constituição.

Alguns pontos dos anteprojeto, como a manutenção do voto obrigatório, e do atual papel das Forças Armadas, a preservação dos seis ministérios militares e a implantação de um sistema misto de votação (voto distrital e proporcional) — teses que polemizaram os debates nas Subcomissões — voltam à tona na Comissão temática, que já recebeu várias emendas nesse sentido.

No anteprojeto da Subcomissão da Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, a questão mais discutida é a proposta de criação do Tribunal Constitucional. Segundo o deputado Nilton Friedrich

(PMDB-PR), que foi relator do anteprojeto, o tribunal é a única forma de garantir o cumprimento da nova Constituição, mas ele prevê dificuldades em sua aprovação pela Comissão temática, onde a ideia tem voto contrário do presidente, senador Jabas Passarinho (PDS/PA) e do relator, deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

Mandato

No anteprojeto da Subcomissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos, a maior polêmica é quanto a fixação do mandato do presidente Sarney. A Subcomissão aprovou a tese de quatro anos, mas tanto Prisco quanto Passarinho acham que o assunto não é da alçada da Comissão e deveria ser remetido à Comissão da Organização dos Poderes.

Entre as teses do documento enviado pela Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança as maiores controvérsias são quanto ao papel das Forças Armadas e o estabelecimento de estados de exceção, como o Estado de Sítio e Estado de Defesa. Apesar da Comissão já ter recebido emendas supressivas, o mais provável é que passe a tese do anteprojeto, de submeter à votação do Congresso Nacional a decretação dos estados de exceção e manter os poderes das Forças Armadas inteiros na ordem interna.

Educação/Cultura

Verba para o ensino poderá ser ampliada

Uma das comissões mais sujeitas a fortíssimos lobbies governamentais e privados, a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, traz em seu bojo uma variada gama de assuntos que são extremamente polêmicos, como a reserva de mercado, aborto, ensino público e gratuito em todos os níveis e legislação pertinente a área de comunicações.

O senador João Calmon, (PMDB-ES), relator da subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, conseguiu ampliar a dotação vigente na atual Constituição — artigo de sua autoria — de 13 para 18 por cento do orçamento federal, nas verbas destinadas a manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, foi derrotado no artigo que preconizava que "a lei regulará a transferência de recursos públicos a instituições

Ordem Econômica

Severo Gomes tenta apaziguar conflitos

Na Comissão da Ordem Econômica, o relator — senador Severo Gomes, identificado com a corrente "progressista" do PMDB —, está fazendo um grande esforço para atenuar os sérios conflitos existentes entre os conservadores e os parlamentares que defendem propostas mais à esquerda. Severo está recorrendo a economistas das Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, na tentativa de apresentar um parecer com a menor dose possível de questões polêmicas — tarefa muito difícil de ser concretizada, tal o antagonismo de posições notado nas subcomissões em que foi dividida a comissão.

Os conflitos irromperam de forma mais irreconciliável nas Subcomissões de Política Agrícola e Reforma Agrária e de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia. Na primeira, o parecer do relator, Osvaldo Lima Filho, foi fulminado pelos conservadores, ficando reduzido a dois artigos, garantindo o direito à propriedade de imóvel rural, condicionado ao cumprimento de "função social" e criando "varas especiais para dirimir conflitos fundiários nas regiões de tensão social".

Também na Subcomissão de Princípios Gerais, o parecer do

"progressista" Virgildálio Sená foi aniquilado pelos conservadores, que impuseram uma linha em defesa da livre iniciativa, da propriedade privada, igualdade de oportunidade, sucessão hereditária e despropriação por unidade pública ou de interesse social, mediante indenização em dinheiro.

O anteprojeto aprovado classifica como empresa nacional aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenham sua administração sediada no país. Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos no interesse nacional e disciplinados por lei. A intervenção do Estado no domínio econômico só será permitida quando necessária para organizar setor de interesse coletivo relevante que, comprovadamente, não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de livre concorrência e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais. A intervenção ou monopólio cessarão assim que desapareçam as razões que o determinaram.

Os progressistas sustentam que os anteprojeto das duas subcomissões atendem aos interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Finanças

Serra quer modificar texto de Gasparian

Uma luta aberta entre os deputados José Serra e Fernando Gasparian, ambos do PMDB de São Paulo. Assim foi a primeira semana de trabalhos da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Serra é o relator da Comissão e deve mudar o anteprojeto elaborado por Gasparian, relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

A briga promete. O anteprojeto de Gasparian aprovado na subcomissão praticamente prube o funcionamento de bancos estrangeiros no país. Suas agências só poderão intermediar investimentos em moeda estrangeira, perdendo o direito de receber depósitos, efetuar empréstimos e captar recursos. É a nacionalização "branca" dos bancos.

Serra, três vezes ministrável e ex-secretário de Planejamento de São Paulo, confidencia a alguns parlamentares que vai tentar mudar o anteprojeto. Quer permitir a atuação dos bancos estrangeiros, sob estrita vigilância do Banco Central, porque teme retaliações em outros países. O princípio da reciprocidade, com as restrições no Brasil aos ban-

cos estrangeiros, seria rompido, "trazendo consequências negativas na renegociação da dívida externa e na manutenção das linhas de crédito ao comércio exterior", disse.

Tributos

A discussão a respeito do sistema tributário é mais branda, mas revela divergências. Deputados como Irajá Rodrigues (PMDB-RS), Osmundo Rebouças (PMDB-CE) e o próprio José Serra idealizam uma máquina de arrecadar impostos capaz de viabilizar a sonhada "justiça social". A proposta é montar um sistema progressivo, no qual os ricos recolham mais tributos do que os mais pobres.

Na prática, porém, o relator da Subcomissão de Tributos, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), encontrou dificuldades para montar um anteprojeto que torne progressivo o sistema tributário. Sua proposta prevê que 90 por cento da arrecadação virão dos impostos indiretos, e os outros 10 por cento dos diretos.

Os impostos indiretos atingem indiscriminadamente o contribuinte, pobre ou rico.